

COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA E AS PESQUISAS SOBRE O PANTANAL: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE AS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Luana Rodrigues Campos¹ – Labjor/Unicamp

Resumo:

O Pantanal, a maior planície alagadiça do planeta, caracteriza-se por seu regime de secas e cheias e pelo mosaico de diferentes biomas que o compõem. É um dos ecossistemas mais abundantes em biodiversidade do mundo, reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera. No entanto, atuais tendências de desenvolvimento econômico têm causado profundos impactos ambientais ameaçando o equilíbrio natural da região. Diante dos desafios que o bioma enfrenta, este artigo apresenta, de forma sucinta, reflexões preliminares sobre a responsabilidade e importância das assessorias de comunicação das instituições públicas de ensino e pesquisa do estado de Mato Grosso do Sul - que congrega a maior parte do bioma - no processo de democratização do conhecimento científico que produzem sobre a região. Essas reflexões são parte de uma pesquisa em andamento pelo Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (IEL/Labjor/Unicamp). O jornalismo científico, enquanto ferramenta para a democracia (HERNANDO, 2002) fornece conhecimento aos cidadãos para que possam avaliar o que está sendo feito com relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, e verificar se está de acordo com seus interesses e necessidades. Assim podem compartilhar com políticos e cientistas a capacidade de tomar decisões sobre questões graves que esse desenvolvimento representa, principalmente no que tange ao uso de recursos naturais.

Palavras-chave: Pantanal; Divulgação Científica; Assessoria de Comunicação; Comunicação Pública.

Abstract:

Pantanal, the largest swampy plain on the planet, is characterized by its regime of droughts and floods and by the mosaic of different biomes that compose it. It is one of the most abundant biodiversity ecosystems in the world, recognized as Natural Heritage of Humanity and Biosphere Reserve. However, current trends of economic development have caused profound environmental impacts threatening the natural balance of the region. Faced with the challenges the biome pass through, this article seeks, in a succinct way, to reflect on the responsibility and importance of the communication advisory of the public institutions of education and research of the state of Mato Grosso do Sul - which congregates most of the biome - in democratizing the scientific knowledge they produce about the region. Scientific journalism as a tool for democracy (HERNANDO, 2002) provides citizens with knowledge so that they can assess what is being done in relation to scientific and technological development and verify whether or not it is in accordance with their interests and needs. Thus, they can share with politicians and scientists the capacity to make decisions on serious issues that this development represents, especially regarding the use of natural resources.

Keywords: Pantanal; Scientific divulgation; Communication Advisory; Public Communication.

1. Introdução

As discussões acerca das problemáticas ambientais e a necessidade de repensar o paradoxo da racionalidade econômica e tecnológica dominantes -- em que, enquanto se observa um acelerado crescimento de índices macroeconômicos, se testemunha a rápida deterioração de indicadores sociais e ambientais (GUIMARÃES e BEZERRA, 2014) -- vêm desde o século

¹ Mestranda em Divulgação Científica e Cultural no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

XIX, e aumentaram mais particularmente nas últimas décadas, pautando e sendo pautados pela esfera política e pelos meios de comunicação.

Apoiados no conhecimento científico interdisciplinar, uma ampla gama de perfis compõe este debate e disputam entre si o reconhecimento e a legitimação social de suas visões sobre o tema. Guimarães (2014, p. 130) elucida que “é o próprio conceito de desenvolvimento que está sendo colocado em questão”.

Pesquisas de opinião (BRASIL/MMA, 2012; CNI, 2010; CNI, 2012) apontam que a nível nacional a população tem tomado, de forma gradual, mais consciência sobre os problemas ambientais e atribuído mais importância ao seu enfrentamento. O agendamento midiático de temas ambientais, “sobretudo a partir da divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e da conscientização ampliada do impacto dramático da ação humana sobre o clima do planeta” (BUENO, 2015, p. 54), tem sido fundamental para melhorar a compreensão de conceitos como meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Miguel (2009, p. 13) argumenta que “é através da veiculação na imprensa que grande parcela da sociedade adquire conhecimento do meio cultural e social imediato”.

Com isto em mente, e a necessidade observada por Ferrari (2014, p. 25) de que a política ambiental seja fruto do debate público, não podendo “ser elaborada apenas pelo setor governamental junto a grupos de interesse”, é essencial que haja informação crítica e de qualidade sobre as questões ambientais. Face ao paradoxo das insuficiências do modelo de desenvolvimento vigente e seus evidentes prejuízos socioambientais, a sociedade, em seus diferentes grupos, deve ser ouvida sobre os perigos a que está disposta ou não a se expor e buscando formas de agregar interesses antagônicos.

A informação revela-se vital tanto para garantir seu acesso nos espaços de decisão, quanto para sustentar a qualidade de sua participação nos processos decisórios, pois trata-se de um instrumento tanto na vigilância da esfera política quanto na mobilização de grupos e organizações comprometidos com a causa ambiental.

2. O bioma Pantanal, um laboratório vivo

Em uma escala loco-regional, o Pantanal, maior sistema de áreas úmidas do planeta, reflete os desafios que a crise ambiental planetária impõe. A substituição dos modelos socioeconômicos tradicionais de pecuária e pesca por uma exploração intensiva (HARRIS *et al.*, 2005), ditada pelo avanço do capitalismo, é vista como a causa fundamental de problemas na região.

Situado na Bacia do Alto Paraguai (BAP), o bioma estende-se por 138.183 Km² compartilhados pelo Brasil, que congrega a maior parte (70%); Bolívia (20%); e Paraguai (10%). Na porção brasileira o Pantanal divide-se entre os estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). Em Mato Grosso do Sul, onde se localiza o recorte desta investigação, estão 65% da área do Pantanal brasileiro, “compondo quase metade do estado e tendo uma relevância econômica óbvia em função de sua área e da expressão de sua atividade pecuária juntamente com o turismo e a pesca” (TOMAS e SANTOS, 2016, p. 48).

Até os anos 1980, o Pantanal era conhecido pelo restante da população do país mais por cartilhas e livros didáticos de geografia do que pelos veículos de comunicação (MAIO, 2018). O acesso, que ainda hoje é difícil, era muito mais precário, não favorecendo a presença regular da cobertura jornalística. A partir dos anos 1990, com a veiculação da novela “Pantanal”, na extinta TV Manchete, o bioma desconhecido passa a figurar no cotidiano das pessoas por meio de uma narrativa que o apresenta como estranho, misterioso e mítico.

Uma pesquisa de opinião realizada em 2013 pelo Ibope Inteligência e a ONG WWF Brasil, revela que apesar de demonstrarem preocupação com a preservação do Pantanal, os brasileiros têm baixo conhecimento sobre o bioma. Apesar de 93% dos entrevistados afirmarem já terem ouvido falar do Pantanal, 66% não souberam identificar em qual região do país ele fica localizado.

Romero (2014) aborda que mesmo as populações urbanas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - onde o Pantanal está situado – desconhecem o bioma. Segundo o autor, prevalece ainda a visão folclórica, de que é bonito proteger a natureza, mas na prática o conhecimento é superficial. Essa ideia do exótico tem sido reforçada pelo enquadramento jornalístico que, segundo Maio (2018, p. 210), apresenta a região como um santuário, ou paraíso ecológico, destacando sua beleza cênica. Já “as características culturais que delimitam aquele espaço e o desenvolvimento tecnológico como diferencial para a sustentação da economia local” são abordagens ausentes ou pouco exploradas.

Muitas peculiaridades desenham a complexidade ecológica do Pantanal, mas seu pulso de inundação é o fator determinante para que ele exista. Por pulso de inundação (JUNK, 2017) compreende-se a alternância entre períodos de seca e inundações sazonais responsáveis pela riqueza de espécies e paisagens da planície alagadiça.

A relevância nacional e internacional do Pantanal fez com que o bioma fosse proclamado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação,

Ciência e Cultura (UNESCO). Ademais, a região congrega três dos doze Sítios Ramsar² existentes no Brasil. Embora tenham valor estratégico e jurídico em alguns casos, e possam trazer oportunidades de desenvolvimento sustentável para a região, esses títulos não são suficientes para assegurar a proteção do território pantaneiro.

A preservação do Pantanal depende, principalmente, da garantia de suas enchentes cíclicas. O equilíbrio do sistema ecológico, no entanto, está ameaçado por atuais tendências de desenvolvimento e alterações climáticas. Grandes empreendimentos de infraestrutura, desmatamentos para a expansão de monoculturas – e consequente poluição por pesticidas -- e a pecuária sem cuidado com o solo são algumas das pressões que impactam diretamente a economia, o ambiente e as populações regionais.

A complexidade do território pantaneiro exige respostas igualmente complexas na formulação de estratégias para sua conservação. A produção sistemática de conhecimentos científicos multidisciplinares e sua ampla divulgação é uma condição imprescindível nesse sentido, seja contribuindo para a evolução de ações em curso, seja propondo novos caminhos que efetivem seu uso sustentável.

Junk e Cunha (2017, p. 141) registram que “há cerca de três décadas, o Pantanal mato-grossense está no centro de interesse da comunidade científica brasileira e mundial”. Conforme os autores, o interesse inicial das pesquisas foi pautado por seus aspectos biológicos, como as plantas superiores e os peixes do Pantanal. As pesquisas evoluíram ganhando uma abordagem multidisciplinar, mas ainda há defasagens. “O Pantanal é uma região extremamente desconhecida do ponto de vista social. Há um grande número de comunidades que vivem na planície e das quais pouco ou nada se sabe” (BRUM, 2001, p. 42).

Na pesquisa “Pantanal: Opinião pública local sobre meio ambiente e desenvolvimento”, Marchini (2003, p. 20) identifica que os conflitos de opinião entre os diferentes segmentos consultados derivam, grosso modo, da falta de informação. De acordo com o pesquisador, a solução lógica é então a “geração de conhecimento relevante através da pesquisa científica e sua divulgação ampla e transparente na comunidade regional”. O autor ainda constata um baixo índice de rejeição à presença de instituições de pesquisa e universidades no local (cita as instituições Embrapa, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da

² São áreas úmidas de importância internacional listadas pela Convenção Ramsar, tratado intergovernamental assinado entre 160 países, em 1971, na cidade iraniana de Ramsar. Inicialmente teve o objetivo de conservar habitats aquáticos essenciais para a sobrevivência de aves migratórias. Ao longo do tempo teve seu escopo ampliado para as demais áreas úmidas de modo a promover a manutenção da diversidade de espécies e, ao mesmo tempo, o bem-estar das populações humanas (IRIGARAY, 2015).

Região do Pantanal - Uniderp), o que, segundo ele, “sugere que o apoio da ciência e tecnologia é valorizado e respeitado pela comunidade local”.

Romero (2014, p. 52), em sua análise sobre a contribuição do “Boletim Ecologia em Notícias”, criado em 1997 pela ONG Ecoa (Ecologia e Ação) para divulgar os riscos sociais e ambientais que a Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) traria ao Pantanal e para promover a defesa do bioma, descreve que “o volume de informação cientificamente produzida para questionar o projeto” fez com que os meios de comunicação tradicionais – fechados ao diálogo e pouco democráticos -- se rendessem à divulgação da campanha, abrindo um novo espaço para o debate público.

A mobilização se ampliou e os riscos de que a hidrovia destruísse o Pantanal e as comunidades indígenas que vivem na região chegaram à opinião pública internacional. O projeto que teve início nos anos 1980 acabou suspenso por um longo período. Em 2010, entretanto, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental foram realizados a fim de se retomar o projeto, colocando mais uma vez o equilíbrio do Pantanal em jogo.

A nível local, Romero (2014, p. 12) constatou que a comunicação atua na reconstrução da subjetividade e na esfera global “permite a identificação com outras lutas e ampliar a capacidade de mobilização social”. Desse modo, ele observa que a comunicação, enquanto mediadora, formadora de cultura e de valores, contribuiu de maneira incontestável para a ressignificação do entendimento sobre o Pantanal e a hidrovia, mostrando-se uma estratégia-chave para barrar o avanço da HPP. Assim, considera que os meios de comunicação são espaços de mediação e negociação na preservação do Pantanal.

3. As assessorias de comunicação científica

Cortassa, Andrés e Wursten (2017) defendem que as instituições públicas de pesquisa, bem como a comunidade científica, devem envolver-se com a comunicação e promoção da apropriação social da ciência por três razões fundamentais: em primeiro lugar, estão os fatores éticos e/ou morais ligados ao uso de fundos públicos; em segundo, a manutenção da credibilidade da ciência e da tecnologia a fim de que alcancem visibilidade e tenham reconhecido seu valor social (do que depende a continuidade de financiamento); e, em terceiro, a sua função de agente de democratização de acesso ao conhecimento e promoção de vocações científicas.

Caracterizados por Oliveira (2005) como detentores de informações primárias, universidades, centros e institutos de pesquisa, agências de fomento, fundações de amparo, secretarias e ministérios são vistos como pontos de partida estratégicos para incentivar um fluxo

contínuo de informações sobre CT&I de forma eficiente. Destaca-se que no Brasil a universidade pública é apontada como responsável por 80% da produção científica (BRASIL, 2010). Enquanto instituição plural e de vanguarda, detentora e geradora de conhecimento, formadora de opinião, é da universidade pública que se espera que partam as reflexões sobre os fenômenos socioculturais contemporâneos e as propostas de soluções para os problemas socioambientais (LIMA, 2011).

A comunicação pública da ciência, em que se localizam a divulgação científica e, portanto, o jornalismo científico (FRANCO, 2014), é identificada como um mecanismo-chave para auxiliar “a universidade em sua tarefa de desenclausurar-se e compartilhar com a comunidade o que era de conhecimento restrito” (MOREIRA, 2017, p. 23).

No cenário atual, Mato Grosso do Sul conta com uma agência de fomento à pesquisa, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e seis instituições de ensino superior e pesquisa, sendo quatro de caráter público: 1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); 2. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); 3. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); 4. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS); e duas de caráter privado: 5. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); e 6. Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Anhanguera – Uniderp).

As pesquisas sobre o Pantanal, realizadas por essas e diversas outras instituições de pesquisa, universidades e ONGs do Brasil e do mundo – muitas vezes em parceria --, estão indexadas em diferentes bancos de dados e plataformas de produção acadêmica, em forma de dissertações, teses, relatórios e artigos em periódicos científicos, mas acabam restritas à comunidade científica.

Transpor este círculo restrito dos cientistas para o público leigo pode se dar por meio de matérias e reportagens de divulgação científica em diferentes veículos e plataformas. Lima (2004, p. 74) aponta que, pela ótica da divulgação científica, quem faz a circulação dos conhecimentos científicos são os jornalistas de ciência “tanto os da grande mídia como os divulgadores e técnicos das empresas e institutos de pesquisa, e os veículos de comunicação especializados em ciência”. O trabalho de divulgação científica desenvolvido por instituições produtoras de conhecimento, mais especificamente de suas assessorias por meio do jornalismo científico, é o ponto em que, de acordo com Teixeira (2016), os campos da CT&I e da comunicação se tocam.

Nesse contexto, a atuação dos núcleos de comunicação das universidades pode, além de contribuir com a formação e fortalecimento da cultura científica de forma geral, dar visibilidade

às temáticas mais sensíveis do desenvolvimento em escala local -- sobre o que se espera que estejam debruçadas suas pesquisas – e fomentar suas discussões. Assim, abrem-se novas vias de acesso dentro e fora desses espaços, sobre os quais incide a função social de democratizar o acesso aos saberes produzidos por uma minoria privilegiada.

4. Considerações finais

Buscou-se com esta discussão teórica apresentar a importância de que as instituições de pesquisa e universidades situadas na região sul do Pantanal invistam em suas estruturas de comunicação, a fim de que socializem de forma efetiva os conhecimentos que produzem sobre o bioma, elemento determinante da formação econômica, social e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul. Desse modo, é possível que se avance na direção de políticas públicas que garantam o equilíbrio natural e ao mesmo tempo promovam o desenvolvimento econômico e social da região.

Referências

BRASIL. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

BRUM, Eron. **O Pesquisador, a Mídia e o Pantanal**. In A mídia do Pantanal. Orgs. BRUM, Eron; FRIAS, Regina. Ed. Uniderp. Campo Grande – MS, 2001.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e sustentabilidade: apontamentos críticos in Comunicação empresarial e sustentabilidade**. BUENO, Wilson da Costa, org. Série Comunicação Empresarial. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Pesquisa CNI – IBOPE: retratos da sociedade brasileira: meio ambiente – dezembro 2010**. Brasília: CNI, 2010.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Pesquisa CNI-IBOPE: retratos da sociedade brasileira : meio ambiente - maio 2012**. Brasília: CNI, 2012.

CORTASSA, Carina; ANDRÉS, Gonzalo; WURSTEN, Andrés. **Comunicar la ciencia: escenarios y prácticas: Memorias del V Congreso Internacional de Comunicación Pública de la Ciencias y la Tecnología**. Org. CORTASSA, Carina; ANDRÉS, Gonzalo; WURSTEN, Andrés. - 1a ed. - Paraná: Universidad Nacional de Entre Ríos. UNER, 2017.

FERRARI, Marcele Correia. **Comunicação Ambiental e Democracia Digital: As consultas públicas do Ministério do Meio Ambiente e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para a Rio+20.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo. Campinas, SP. 2004.

FRANCO, Melina Paixão. **A Comunicação Pública da Ciência: As Pesquisas da UFU e o Jornal Correio de Uberlândia.** Revista Horizonte Científico. Vol. 8, nº 1, jul/2014.

GUIMARÃES, Roberto; BEZERRA, Joana. **Novas questões ou velhos problemas: A posição do Brasil na agenda internacional do meio ambiente.** In A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade. Org. FERREIRA, Leila da Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2014.

HARRIS, MB.; TOMAS, W.; MOURÃO, G.; SILVA, CJ.; GUIMARÃES, E.; SONODA, F.; FACHIM, E. **Desafios para proteger o Pantanal brasileiro: ameaças e iniciativas em conservação.** Megadiversidade. Vol 1, nº 1, Julho/2005.

HERNANDO, Manuel Calvo. **La divulgación científica en el nuevo milenio.** Revista Encuentros Multidisciplinares, Nº 11 Mayo-Agosto 2002.

IBOPE INTELIGÊNCIA. WWF-Brasil. **Pesquisa Pantanal.** 2013. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/pesquisa_ibope_pantanal.pdf.

IRIGARAY, Carlos Teodoro. **Áreas úmidas especialmente “des” protegidas no direito Brasileiro: o caso do Pantanal mato-grossense e os desafios e perspectivas para sua conservação.** Revista de Estudos Sociais, v. 17, n. 34, p. 203-225, 2015.

JUNK, Wolfgang. **Ecoturismo: uma opção de manejo sustentável para o Pantanal.** In Pantanal Legal: A tutela jurídica das áreas úmidas e do Pantanal Mato-grossense. Orgs. IRIGARAY, C. T.; BRAUN, A; IRIGARAY, M. Cuiabá-MT: EdUFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2017.

JUNK, Wolfgang; CUNHA, Catia. **A importância de bases científicas para uma Lei Federal do Pantanal e de outras áreas úmidas.** In CUNHA, Catia; ARRUDA, Erica; JUNK, Wolfgang (orgs.). Marcos Referenciais para a Lei Federal do Pantanal e gestão de outras áreas úmidas. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, EdUFMT, 2017.

LIMA, Eliana de Souza. **Gestão da Comunicação e Gestão do Conhecimento em C&T: A EMBRAPA Meio Ambiente.** Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2004.

LIMA, Silvânia Cássia de. **A Comunicação na UFG e a Assessoria de Comunicação.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2011.

MAIO, Ana Maria Dantas de. **Comunicação organizacional em ambientes peculiares: reflexões sobre diálogos em paisagens mediadas e mediadoras.** Contracampo, Niterói, v. 36, n. 03, pp. 199-218, dez. 2017/ mar. 2018.

MARCHINI, Silvio. **Pantanal: Opinião pública local sobre meio ambiente e desenvolvimento.** Wildlife Conservation Society; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; MCT-CNPq; 2003.

MIGUEL, Katarini. **Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, 2009.

MOREIRA, Benedito Dielcio. **Desafios da Divulgação Científica: os primeiros passos na UFMT.** In Divulgação científica : debates, pesquisas e experiências / organizadores Benedito Dielcio Moreira, André Chaves de Melo Silva. – Cuiabá : EdUFMT, 2017.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico.** São Paulo: Contexto, 2005. 2.ed. – (Coleção comunicação)

ROMERO, Eduardo. **A contribuição da internet na significação e ressignificação do bioma Pantanal: O caso Hidrovia Paraguai-Paraná.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação. Campo Grande - MS, 2014.

TEIXEIRA, Danielle Tavares. **Comunicação e Universidade: Diretrizes para a divulgação científica no Estado de Mato Grosso.** Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, Faculdade de Comunicação. São Bernardo do Campo, 2016.

TOMAS, Walfrido; SANTOS, Aparecida. **Fazendas pantaneiras agora sob nova orientação.** Revista Ciência Pantanal. Vol. 02. N° 1. 2016. p. 48-51.